

# Apresentação

A edição especial da Revista Acta Geográfica tem como temática a Geografia Agrária, cuja proposta tem como objetivo apresentar aos leitores um cabedal de reflexões que expressem a pluralidade de pensamentos e concepções acerca da realidade do campo brasileiro, sendo esse marcado por transformações constantes, contradições e conflitos. As abordagens dos autores que contribuem com esta edição da Acta Geográfica permitem refletir sobre a questão agrária brasileira nesse limiar do século XXI, indo além, ao problematizar elementos da realidade europeia, revelando os diferentes matizes políticos, econômicos e ideológicos que estão no arco de debate da Geografia Agrária.

Nosso papel aqui é, tão-somente, o de convidar e instigar o leitor para que este, ao acessar os textos, possa refletir sobre a heterogeneidade e complexidade próprias das diversidades territoriais do campo brasileiro, historicamente constituído como um espaço de resistência camponesa e de disputas territoriais, evidenciando desta forma as contradições, lutas e desafios inerentes ao tema que ora privilegiamos nessa edição especial. A diversidade de assuntos, espaços e perspectivas teórico-metodológica-conceituais permite ao leitor ter uma visão panorâmica sobre o cenário atual do campo brasileiro.

O texto *Globalização, agricultura e urbanização no Brasil*, da autora Denise Elias, temos uma análise do processo de reestruturação econômica e a consequente difusão do agronegócio globalizado no Brasil. A autora supracitada destaca como elementos importantes para entender o processo de reestruturação do espaço agrícola: o aumento da densidade técnica-científica-informacional no espaço agrícola; nova distribuição de funções produtivas pelo território; difusão de especializações produtivas; intensificação da divisão social e territorial do trabalho; novas relações campo-cidade; intensificação da urbanização da sociedade e do território e reestruturação urbana e da cidade.

Em *A relação campo-cidade e suas leituras no espaço*, Flamarion Dutra Alves e Ana Rute do Vale abordam a questão campo-cidade sob várias perspectivas metodológicas, fazendo um resgate da discussão conceitual e, sobretudo, as análises do ponto de vista geográfico, ou seja, a relação campo-cidade a partir da dinâmica espacial. A abordagem campo-cidade feita pelos autores parte de três pontos de vista: os espaços perirurbanos, o Novo Rural e Hibridismo Espacial.

Sérgio Gonçalves, em *Os dilemas do campesinato no contexto do atual sistema agrícola e alimentar*, destaca que o atual sistema agrícola e alimentar repercute negativamente na possibilidade de reprodução social do

campesinato, que vivencia a exclusão social, a desestruturação econômica, bem como a falta de políticas públicas, visto que estas são criadas e direcionadas para beneficiar as grandes corporações que dominam a agricultura global.

Ao tratar, no texto, *Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense*, os autores João Santos Nahum e Cleison dos Santos Bastos colocam em debate os impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. Para os autores, a chegada da dendeicultura na microrregião de Tomé-Açu, no nordeste paraense tem como desdobramentos a reorganização da paisagem, da configuração territorial bem como da dinâmica social. Ainda que seja economicamente rentável, a dendeicultura se apresenta social e ambientalmente insustentável.

Em *As múltiplas leituras do espaço rural*, Erika Vanessa Moreira Santos e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol apontam as múltiplas facetas - desde a econômica até a cultural - do espaço rural, com destaque para as diferentes perspectivas de abordagem do rural e da ruralidade. Ainda segundo as autoras, o rural não constitui um resquício do passado, tampouco está estagnado frente ao urbano; ele é dinâmico, cujo processo não deve ser entendido de forma isolada, pois deriva de variáveis endógenas e exógenas e em diferentes escalas - regional, nacional e internacional.

No artigo *Apreendendo Dinâmicas Territoriais de Desenvolvimento por meio da Análise Escalar: um estudo do Proinf e das Emendas Parlamentares no território rural Zona Sul do Rio Grande do Sul*, os autores Anelise Graciele Rambo, Lillian Bastian, Evander Eloi Krone, Marcelo Antonio Conterato e Sergio Schneider objetivam refletir sobre as múltiplas dinâmicas territoriais construídas a partir do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), por meio do Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (Proinf) e das Emendas Parlamentares no território rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul (TRZS). No decorrer do trabalho, os autores defendem a necessidade de estabelecer uma aproximação entre os diferentes atores para que o desenvolvimento territorial sustentável, tal qual é preconizado pelo Pronat e pelo Programa Territórios da Cidadania (PTC), seja de fato alcançado.

Guilherme Marini Perpetua e Antonio Thomaz Junior, através do artigo intitulado *Monocultivo de árvores e produção de celulose no Sul Global e seus desdobramentos para o trabalho e o(s) território(s): aproximações teórico-empíricas sobre o caso brasileiro*, analisam a expansão da produção brasileira de celulose e os desdobramentos econômicos, sociais e territoriais decorrentes de fenômeno. Os referidos autores questionam a “vocaçãõ” brasileira para essa atividade, chamando a atenção para o fato de que o caso brasileiro deve ser entendido como manifestação do processo de fragmentação e ampliação geográfica do circuito produtivo do papel, agora mundializado. Destacam, também, a acumulação do capital e a precarização do trabalho como aspectos notórios destes megaempreendimentos, cujo processo de interiorização da produção de celulose tem sido guiado pela busca cega pela redução dos custos

produtivos por parte das corporações (nacionais e estrangeiras) do setor em pontos distantes do centro dinâmico da economia nacional.

O artigo *Agronegócio no sudeste goiano e as disputas pelo uso do território*, da autora Patrícia Francisca de Matos, tem como centralidade a discussão sobre a territorialização da agricultura moderna no Sudeste Goiano e as metamorfoses no espaço agrário de muitos municípios em consequência das “novas lógicas” que se instalaram, marcadas pelo uso intenso da ciência e da tecnologia, pela especialização produtiva, principalmente a produção de grãos, voltados para agroindústria e para mercado externo. A autora supracitada evidencia que o processo de territorialização do agronegócio no campo cria novas territorialidades tanto no campo quanto na cidade, ocasionando disputas pelo território.

Carlos Alberto Feliciano, no texto *O conflito como elemento chave na construção da Região do Pontal do Paranapanema*, traz para o debate os conflitos pela terra na Região do Pontal do Paranapanema, no contexto das disputas entre classes distintas de uma mesma sociedade, em um movimento contínuo e contraditório de apropriação e expropriação de formas de vida e reproduções. O governo do Estado de São Paulo, incapaz de controlar a ocupação ilegal de terras públicas, buscou desvirtuar a discussão sobre a propriedade privada da terra. Segundo o autor, conflito, violência, desmatamento e grilagem de terras foram os elementos que construíram a questão agrária do Pontal do Paranapanema, elevando-a em uma das regiões de maior concentração de conflitos agrários no Brasil.

No estudo *Cultivo de macieiras e produção de sidra com denominação de origem protegida no Principado das Astúrias, Espanha*, Fernando Goulart Rocha e Antoni F. Tulla tratam do cultivo de macieiras e a produção de sidra, no Principado das Astúrias, colocando em destaque o descenso dessa região produtora de macieiras devido à expansão da pecuária bovina. O meio rural asturiano está pautado na presença de pequenas propriedades policultoras familiares. Para os autores, a Denominação de Origem Protegida (DOP) “Sidra das Astúrias”, obtida em 2003, com o objetivo de promover a bebida e revigorar a fruticultura da maçã vem apresentando resultados promissores. As reflexões ora apresentadas pelos autores nos levam a pensar sobre a viabilidade e pertinência da implementação da Denominação de Origem Protegida (DOP) no âmbito da produção familiar camponesa no Brasil, como estratégia para dinamizar as economias locais, visto que aqui essa ainda é uma alternativa ainda pouco explorada tanto pelos próprios agricultores quanto pelas políticas públicas de apoio à agricultura familiar.

Rodrigo Simão Camacho, no artigo *A Educação do Campo, as disputas territoriais e o PRONERA: o estudo de caso do CEGEO*, entende a Educação do Campo enquanto uma conquista do movimento camponês e um instrumento de luta. As discussões apresentadas pelo autor estão inseridas no contexto do Curso Especial de Graduação em Geografia - CEGeo (convênio INCRA/PRONERA/UNESP/ENFF), pois a educação contextualizada e pautada na realidade camponesa constitui um instrumento de resistência cultural e política do campesinato frente à territorialização capitalista no campo.

No artigo *Um olhar por dentro da cortina de fumaça da produção de carvão vegetal em Cândido Sales – BA*, João Ferreira Gomes Neto e Marco Antônio Mitidiero Júnior analisam as relações (re)produzidas pelo capital no processo de apropriação do trabalho e da natureza nas carvoarias do município de Cândido Sales – BA, a partir da observação in loco da atividade produtiva do carvão vegetal. A exploração indiscriminada da natureza e a superexploração do trabalho nas carvoarias são duas questões centrais abordadas pelos autores, no contexto da relação sociedade-natureza subjugada aos desmandos do capital.

Sérgio Sauer, no artigo *Novas fronteiras agrícolas na Amazônia: Expansão da soja como expressão das agroestratégias no Pará*, traz para o debate a nova configuração do uso da terra na microrregião de Santarém a partir da expansão das lavouras de soja, que se instalam ao Sul do estado do Pará na década de 1990. Tais reflexões partem do contexto da expansão da modernização conservadora do campo, representada pela produção de soja, cuja realidade segue marcada por velhos e novos conflitos fundiários, criando mais obstáculos para a garantia de direitos territoriais na Amazônia paraense.

No artigo *Papel da agroecologia frente a crise alimentar mundial: olhares sobre as práticas agroecológicas na Mesorregião do Alto Solimões (AM), Brasil*, o autor José Aparecido Lima Dourado traz como contribuição algumas reflexões sobre a importância da agricultura camponesa no tocante à produção de alimentos para o Alto Solimões (AM), Brasil, enfatizando a agroecologia enquanto alternativa para o modelo de desenvolvimento agrário-agrícola adotado para o Brasil. De acordo com o autor, há a necessidade de colocar na pauta de discussão assuntos como soberania alimentar, Reforma Agrária e justiça social no campo, visto que estes temas não são abordados com a devida importância pelas políticas públicas.

No relato de campo intitulado *A Expansão do agrohidronegócio na região Nordeste do Brasil: o cerrado baiano e a luta por uma emancipação humana*, Cíntia dos Santos Lins e Gerardo Facundo de Souza Neto afirmam que a expansão do agrohidronegócio no Brasil aceleram as disputas territoriais no Nordeste brasileiro. A partir do referido relatório os autores apontam que as transformações territoriais, econômicas e políticas não promovem emancipação humana para aqueles que habitam os territórios transformados.

Por fim, a resenha de Nilton Nunes Carvalho traz elementos importantes para a discussão sobre a agroecologia enquanto estratégia de resistência dos camponeses no contexto do Cerrado brasileiro, neste caso, a partir da obra organizada por Marcelo Rodrigues Mendonça, intitulada *AGROECOLOGIA: práticas e saberes*, publicada em 2012 pela Gráfica Modelo.

Concluindo essa breve e panorâmica apresentação, é importante e necessário expressar minha satisfação em participar dessa edição especial da Revista Acta Geográfica, organizada com carinho, responsabilidade e respeito para com seus leitores. É importante agradecer aos autores que atenderam prontamente nosso convite para participar desta edição, ao professor Rafael Oliveira, sempre presente e disposto a ajudar no que fosse necessário para que a publicação da Revista Acta Geográfica fosse viabilizada. Temos certeza de que este número especial que ora disponibilizamos ao público muito

contribuirá para ampliar o debate acerca da realidade do campo brasileiro, com destaque para a qualidade e relevância dos temas abordados pelos autores, fato que certamente, contribui, sobretudo, para a consolidação de nosso periódico no âmbito nacional, abrindo também perspectivas no cenário internacional.

A todos uma ótima e profícua leitura!

*José Aparecido Lima Dourado*

Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA, Campus de Tabatinga)

Madrugada quente do verão amazônico, Tabatinga (AM), segundo semestre de 2013.